

## O Movimento Estudantil No Brasil De 1964 A 1984

The Students' Movement in Brazil From 1964 To 1984

JÚLIA TEIXEIRA PORTOLESE<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.23925/2764-8389.2023v3i2p8-28>

**RESUMO:** O movimento dos estudantes foi relevante no Brasil durante o período de 1964 a 1984 ao combater as arbitrariedades e violência ocorridas na ditadura militar na esfera política, social (educação), econômica e cultural. A importância deste grupo será demonstrada a partir do estudo das ações, articulações dos estudantes ao longo do período supramencionado com fundamento na literatura e textos que trazem informações e dados a respeito do movimento estudantil realizado pelas universidades públicas com a participação de estudantes das faculdades privadas durante a ditadura militar que perdurou vinte anos e se espalhou pelos Estados brasileiros. Este artigo apresenta as diferentes fases experimentadas pelo movimento dos estudantes ao longo dos anos de 1961 até 1984 que são marcadas pelas expressões de liberdade, resistência, silenciamento e retomada respectivamente. Tais elementos consubstanciam os distintos momentos políticos que o país passou durante a ditadura militar e como repercutiu na atuação dos estudantes em cada uma das etapas consoante as mudanças políticas ocorridas no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento estudantil; União Nacional dos Estudantes (UNE); Ditadura militar; Liberdades democráticas; Ensino superior.

**ABSTRACT:** The student movement was relevant in Brazil during the period from 1964 to 1984, when fought against the arbitrariness and violence that occurred in the military dictatorship at the political, social (education), economic and cultural spheres. The importance of this group will be demonstrated from the study of actions, articulations of students throughout the aforementioned period based on literature and texts that bring information and data carried out by public universities with the participation of students from private colleges during the military dictatorship that lasted twenty years and spread throughout Brazilian states. This article presents the different phases experienced by the student movement from 1961 to 1984, which are marked by expressions of freedom, resistance, silencing and resumption, respectively. These elements embodied the different political moments the country went through during the military dictatorship and how it had repercussions on the performance of students in each of the stages according to the political changes occurred in Brazil.

**KEYWORDS:** Student movement; National Union of Students; Military dictatorship; Democratic freedoms; Higher education.

**SUMÁRIO:** 1. Introdução; 2. O Movimento dos Estudantes no Governo Jango e o Golpe em 1964; 3. O Movimento Estudantil, a Repressão, Reorganização e Resistência dos Estudantes; 4. As Universidades: Luta do Movimento Estudantil Contra o Regime Vigente; 5. O Fechamento do Regime; 6. Universidades Vigiadas e Arbitrariedade na Educação Brasileira; 7. Enfraquecimento do Movimento Estudantil, Período de Abertura na Repressão e Reorganização dos Estudantes; 8. Repercussão do Regime no Ensino Universitário; 9. Conclusão; 10. Referências

---

<sup>1</sup> Doutora em Direito Constitucional pela PUC-SP, Mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP, Especialista em Direito Contratual pela PUC-SP, Graduada em Relações Internacionais pela PUC-SP e Direito pela FAAP-SP. E-mail [portoles@terra.com.br](mailto:portoles@terra.com.br). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5711-5237>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3970017735370248>. Brasil.

## 1. Introdução

Este artigo aborda o período compreendido entre os anos de 1964 a 1984 no que se refere à atuação do Movimento Estudantil nas universidades públicas brasileiras. A escolha deste tema está relacionada à época do Golpe de 1964 em que tais instituições de ensino superior do país eram predominantes em relação às particulares e mantinham relevância política, ideológica no contexto nacional, bem como, os estudantes das universidades públicas estarem em maior número no enfrentamento à ditadura e, dessa maneira terem sido os mais atingidos.

Ao tratarmos o período de 1964 a 1984, obtém-se que o movimento estudantil passou por distintas fases em um período que o país experimentava um Estado de exceção que era governado por um regime autoritário e, por este motivo, trazia em contrapartida um grupo de oposição, cujas ações, articulações e resistência eram lideradas pelos estudantes.

O presente estudo analisará três diferentes etapas da atuação do movimento estudantil, sendo a primeira denominada o período de resistência que inicia em 1964 e termina em 1968, momento no qual este se rearticula após o Golpe e combate as arbitrariedades do regime no setor da educação e outros. Em seguida, temos a fase denominada silenciamento que começa em 1968 e perdura até 1974, período no qual foi imposto ao movimento estudantil silêncio ao ocorrer o fechamento do regime que decretou o Ato Institucional 5 e os estudantes buscaram formas para reagir à repressão. Por fim, temos a etapa conhecida como retomada de 1974 a 1984 em que o movimento estudantil volta a se manifestar em face das arbitrariedades do regime, defendendo a anistia, o retorno das liberdades democráticas, a reorganização das entidades estudantis em 1980 e a ação do movimento estudantil a partir de 1980 até o ano de 1984.

Este artigo questiona os impactos que a ditadura exerceu sobre o movimento estudantil e traz sua importância no cenário nacional a partir da estrutura que inicia com uma breve contextualização da participação dos estudantes em período anterior ao Golpe Militar ao longo do governo João Goulart, a partir do qual ocorre profunda mudança no cenário político brasileiro e reflete em sua atuação.

Posteriormente, trataremos as ações de resistência deste movimento diante de um regime autoritário no período de 1964 a 1968 ao relatar a reação, rearticulação e combate às

arbitrariedades do regime vigente com base no relato das manifestações mais relevantes que envolveram os estudantes. Ao lado destes acontecimentos mencionamos os assuntos enfrentados pelo movimento, as repressões realizadas pela ditadura e o ambiente político, social, econômico e cultural que se apresentava, especificamente na área da educação.

Ato contínuo, será analisado o fechamento do regime a partir da decretação do Ato Institucional 5 no ano de 1968 até 1974 quando ocorre o processo de abertura do regime que se estende até 1984 e no qual temos a retomada da atuação do movimento estudantil por meio do combate pela anistia, educação e redemocratização. Por fim, refletiremos sobre a ação dos estudantes ao considerar temas como os impactos da ditadura sobre o movimento e os outros grupos sociais que o apoiaram.

## **2. O Movimento dos Estudantes no Governo Jango e o Golpe em 1964**

No início de 1960 surgia a politização no ambiente universitário do Brasil, apesar das conquistas e desenvolvimento nas universidades como o aumento da demanda no ensino superior, ainda assim, muitos estudantes não estavam contentes e de acordo com o cenário que se apresentava no país.

A União Nacional dos Estudantes nesta fase adotou uma postura ativa em relação ao contexto político nacional ao fomentar a discussão de assuntos presentes e cotidianos da sociedade brasileira neste período, manifestando-se e visando a articular e mobilizar os estudantes na participação da orientação econômica, política, nacionalista, educacional e no desenvolvimento do Brasil.

No ano de 1960 surge a Ação Popular com a finalidade de representar um partido que possuísse uma proposta ideológica, atuação e acompanhamento periódico ao lado de um grupo constituído pelas classes desfavorecidas da sociedade.

A conduta da Ação Popular consistia em contrapor-se à realidade vigente por intermédio de uma revolução imediata de cunho socialista. Os militantes que a compunham eram predominantemente estudantes, os quais buscavam apresentar uma opção de luta e promover, bem como ampliar o debate sobre o momento experimentado pelos cidadãos.

O Partido Comunista do Brasil adotava uma posição revolucionária por meios pacíficos, uma vez que acreditava sua viabilização pelo contexto internacional favorável ao socialismo e

por via da aliança entre forças de setores distintos da sociedade. No entanto, os militantes partidários se preparavam para a concretização de uma revolução por meio de luta em benefício da ampliação das liberdades democráticas e reformas de base, cuja reação poderia conduzi-los à luta armada.

A Organização Revolucionária Marxista - Política Operária foi uma organização comunista relevante no ambiente dos estudantes entre 1961 a 1964, a qual reuniu intelectuais, produziu jornais em que expressava posicionamentos políticos com o propósito de formar um movimento operário independente, sem a interferência das classes dominantes.<sup>2</sup>

No campo educacional a União Nacional dos Estudantes realizava seminários como instrumentos de trabalho para atuar na reforma universitária por meio dos quais produziam-se cartas de princípios ou programas que após debatidos nas universidades eram utilizados na orientação das ações dos Movimentos Estudantis.<sup>3</sup>

A Declaração da Bahia foi um relevante texto programático do movimento dos estudantes brasileiros que demonstrava a União Nacional dos Estudantes discutir sobre a função crítica da universidade brasileira.

Acerca da realidade do Brasil, o documento supracitado expressa a dicotomia de um país capitalista em desenvolvimento que possui estrutura predominantemente agrária e a economia dirigida pelo capital internacional. Em razão disto, os estudantes propõem uma socialização dos setores econômicos e a participação de operários em órgãos do governo para resolver problemas econômicos do país.<sup>4</sup>

A respeito da reforma universitária, a declaração traz que a universidade será analisada em consonância com a realidade do Brasil ao sugerir a luta pela democratização do ensino que possibilite o acesso de todos à educação em todos os graus; uma abertura da universidade à população a partir da criação de cursos acessíveis a todos no que tange à alfabetização, formação de líderes para os sindicatos nas faculdades de Direito e mestre de obras nas

---

<sup>2</sup> REIS FILHO, Daniel Arão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 34.

<sup>3</sup> MENDES JUNIOR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 63.

<sup>4</sup> MENDES JUNIOR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 63.

faculdades de Engenharia e a preparação de universitários para uma ação política em benefício dos interesses operários.<sup>5</sup>

No campo político o movimento dos estudantes colocou suas posições ao reivindicar do governo conforme expresso no documento de 2 de setembro de 1961. Em 1962 houve um Seminário Nacional de Reforma Universitária em Curitiba, Paraná do qual originou-se a Carta do Paraná que apresentou um esquema tático da luta pela Reforma Universitária, norteando a atuação efetiva do movimento dos estudantes até março de 1964.

### 3. O Movimento Estudantil, a Repressão, Reorganização e Resistência dos Estudantes

Momento posterior ao golpe fez com que o Movimento Estudantil fosse considerado pelo regime vigente uma relevante força de oposição em razão de sua capacidade de promover a mobilização popular e manifestações de reivindicação. A repressão que recaiu sobre os estudantes no Governo Castello Branco e Costa e Silva acarretou perplexidade nessa geração marcado por intensa e recorrente violência.

O episódio da invasão da Universidade Nacional de Brasília para que sofresse intervenção e controle em seu funcionamento e atividade suscitaram em 1965 uma reação da União Nacional dos Estudantes que convocou seu Conselho para eleger o Presidente que iria dirigir a Entidade. Neste período os primeiros resultados da organização estudantil foram experimentados após a aprovação da Lei Suplicy (Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964) que dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências.

A partir daquele momento qualquer ação arbitrária do regime acarretava a mobilização do Movimento Estudantil como por exemplo a prisão de estudantes universitários na Ilha do Fundão que propiciou a reação de diretórios acadêmicos e da União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara que defendia e aprimorava as liberdades democráticas e os princípios constitucionais.

Em São Paulo os estudantes deflagraram uma greve em junho de 1965 afirmando que a paralisação tinha um sentido amplo de oposição a qualquer ação e ato do Governo que

---

<sup>5</sup> POERNER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4ª ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995. p. 179.

restringisse a democratização do ensino. Ato contínuo, a Universidade de São Paulo foi invadida pela polícia e teve suas instalações depredadas.

O ano de 1966 foi relevante para o movimento estudantil, a União Nacional dos Estudantes organizou a passeata dos universitários da Universidade Federal de Minas Gerais, ato este considerado como uma manifestação de denúncia e resistência da ditadura militar e um importante parâmetro da repressão do regime em face dos estudantes. Enquanto reação à ação repressiva dos militares nesta ocasião foi decretada greve geral e ocorreu uma passeata. O acontecimento em Minas Gerais que resultou em violência contra jovens originou passeatas de estudantes em solidariedade ao redor do país nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo bem como abriu espaço às manifestações públicas no Paraná e Espírito Santo.

Em junho de 1966 foi realizado o Conselho Nacional dos Estudante em Salvador, oportunidade em que o presidente da União Nacional dos Estudantes afirmou que o movimento estudantil ganhava força e poderia restaurar a democracia e liberdade no Brasil, também tratou sobre as diretrizes que deveriam ser observadas pelos estudantes entre as quais estava “a luta contra a ditadura, pelas eleições diretas, contra a intervenção nos sindicatos, pela anistia dos considerados criminosos políticos, pela revogação da lei de greve, pela extinção da Força Interamericana de Paz e uma reforma agrária radical”.<sup>6</sup>

No ano de 1966 o Decreto Presidencial que estabelecia o fechamento da União Nacional dos Estudantes não restava vigente, de maneira que, tal entidade estava em condição legal para exercício de suas atividades. No Plano de Ação a União Nacional dos Estudantes apresentou reivindicações educacionais como uma reforma universitária contra a interferência americana na educação, a transformação de universidades federais em fundações particulares, em favor de escola pública, alfabetização da população, revogação da Lei Suplicy, em benefício de um ensino secundário direcionado à formação profissional entre outros.

O regime atuou também contra os professores universitários, argumentando eles serem responsáveis pela radicalização dos estudantes e, estes reagiram ao governo por meio de manifestações em diferentes Estados do Brasil. Os universitários decidiram em um Congresso

---

<sup>6</sup> SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez Editora/Editora Autores Associados, 1986. p. 107.

clandestino da União Metropolitana de Estudantes em 1967, efetivar a campanha do voto nulo que fora reprimido como os anteriores.

O Movimento Estudantil realizou um Congresso da União Nacional dos Estudantes em agosto de 1967 em Valinhos, São Paulo do qual surgiu a Carta Política da UNE que promoveu a análise da situação nacional e internacional, discutiu a preocupação em definir o papel deste movimento na luta geral, trazendo a necessidade da aliança de classes. As lutas do Movimento Estudantil enfatizam o empreendimento conjunto com outras reivindicações sociais, o que serviria de pilar para o fortalecimento da luta política para liberar as universidades dos interesses dos governantes, para que fossem um espaço efetivamente democrático.

Posteriormente, foi elaborado o Programa de Lutas que nortearia a gestão da União Nacional de Estudantes, o qual abordava assuntos como a luta contra o imperialismo; denúncia da ditadura; promoção de seminários nacionais e locais para debater a luta política e ideológica dos estudantes; o fortalecimento das executivas profissionais e sua integração na União Nacional dos Estudantes com a finalidade de expandir a luta diante das demandas e a promoção do estudo das questões relacionadas à população; a promoção de aliança entre alunos e professores; luta contra as tentativas de eliminar a ação do movimento estudantil por intermédio de medidas legais ou métodos de cooptar estudantes entre outros.

Embora a repressão houvesse aumentado para neutralizar o movimento dos estudantes pelo país, o ano de 1968 foi uma referência no mundo no que tange à atuação dos universitários, uma vez que, tal movimento continuou crescendo enquanto reação à violência do regime em relação aos jovens em razão da política educacional conduzida pelos militares e a subordinação às diretrizes americanas.

#### **4. As Universidades: Luta do Movimento Estudantil Contra o Regime Vigente**

No período anterior ao Golpe Militar o Movimento dos Estudantes atuava por uma reforma universitária adequada aos padrões nacional. Nesse sentido houve Seminários Nacionais promovidos pela União Nacional dos Estudantes no ano de 1960 com a finalidade de debater o tema e incluir a reforma universitária nas reformas de base do Governo João Goulart. Nesta época os estudantes estudavam e conheciam a realidade do Brasil para adequar as transformações das universidades às necessidades da população. Tais discussões das reuniões

realizadas orientaram a luta do movimento estudantil pela reforma universitária inclusive após a ditadura militar.

O modelo universitário do país edificado no ano de 1945 encontrava-se ultrapassado no período anterior à ditadura em razão das deficiências na estrutura, nos recursos, formatos acadêmico e administrativo, assim como em sua natureza excludente das classes sociais menos favorecidas economicamente. Esta realidade que impulsionava nos estudantes o debate sobre a necessidade de reforma ampla das universidades no ano de 1960.

Em 1964 Castello reformulou o Plano Nacional de Educação que foi elaborado pelo Conselho Federal de 1962 no ano de 1962 e revisado em 1965 a partir das orientações do Governo. Luiz Cunha e Moacyr Góes nos trazem sobre este assunto

Além de deslocar para mais adiante as metas originais – como a de matricular 100% da população de 7 a 10 anos de idade em escolas primárias- o CFE aumentou os recursos a serem transferidos para o setor privado. A versão de 1962 daquele plano previa que 3% dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário fossem destinados a bolsas de estudo em escolas particulares; a revisão de 1965 aumentou essa proporção para 5%. Da mesma forma, o Fundo Nacional do Ensino Médio, de 14,5% para 20%, e o Fundo Nacional do Ensino Superior para 5%.<sup>7</sup>

A ação supramencionada demonstra a tendência do regime em aumentar a privatização nos diversos níveis de ensino e o sistema das bolsas de estudo concedido no período posterior ao golpe que beneficia o setor privado ao apresentar projeto de reforma universitária com base no modelo americano, o qual privilegiava o ensino pago. O Governo considerava o ensino um instrumento relevante ao desenvolvimento da economia ao fornecer recurso humano qualificado para o mercado de trabalho. A sujeição da educação à economia foi tema amplamente debatido nos anos de 1964 e 1965 com a finalidade de ser adotado o modelo americano de administração e emprego de recursos utilizados por esta população nas universidades do Brasil, o que resultou nos acordos MEC-USAID em todos os graus da educação.

O sistema educacional vigente a partir do Governo Castello Branco substituiu o projeto de ensino público gratuito e de qualidade pela hegemonia da escola particular financiada pelo

---

<sup>7</sup> CUNHA, Luiz A.; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. páginas 41 e 42.

Estado que colaborava com o Governo em reprimir atividades subversivas. Cunha e Góes mencionam que funcionários do MEC, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, professores foram demitidos ou quando mantidos em seus cargos eram frequentemente ameaçados para consentirem com o novo Governo.<sup>8</sup>

No ano de 1966 o movimento estudantil protestou contra a Lei Suplicy e os acordos MEC-USAID ao se colocar contra a política educacional vigente e defender a reforma universitária que fosse acessível ao povo brasileiro sem distinção de classes em conjunto com a modificação das estruturas social e econômica do país. Em outubro deste ano o Governo encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei que regulamentava a reorganização das universidades federais (Decreto lei n. 58 de 1966 sobre princípios e normas que regem as universidades federais).

As ações do Governo para a modificação da organização e funcionamento das universidades federais do Brasil foram a não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; a organização de departamentos para reunir docentes, pesquisadores, laboratórios e outros recursos de uma mesma área de conhecimento; implementação do regime de créditos para viabilizar a transição dos estudantes entre as disciplinas de departamentos distintos, integrando os diversos currículos dos estudantes.

A Constituição Federal brasileira promulgada em 1967 eliminou a vinculação automática de verbas destinadas ao ensino na esfera federal, de modo que, a União pode repassar qualquer porcentagem de sua receita para este campo. Esta ação restringiu a transferência de recursos para a área da educação ao longo dos vinte anos de ditadura experimentados pelo país. A suspensão dos recursos financeiros em conjunto com o controle das instituições por meio da redução da autonomia dos reitores das universidades públicas brasileiras.

No ano de 1967 a União Nacional dos Estudantes promoveu um seminário para debater a respeito dos acordos MEC-USAID no que tange ao problema do convênio cobrar anuidades nas universidades públicas, as quais funcionariam no sistema de f fundações. Nesta oportunidade a União Nacional dos Estudantes elabora um Programa Mínimo que aborda as

---

<sup>8</sup> CUNHA, Luiz A.; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. página 38.

providências na área da educação como denúncia do acordo MEC-USAID, plano Atcon e outros instrumentos de interferência no sistema de ensino brasileiro; luta pela reforma universitária; e luta pelo ensino gratuito em todos os níveis da educação.<sup>9</sup>

Em 1968 um grupo de trabalho elaborou o anteprojeto da reforma universitária, visando estender ao ensino superior do Brasil as medidas implementadas nas universidades federais. A lei da Reforma Universitária 5540 de 1968 estipulava que qualquer instituição de ensino superior se adequasse ao modelo do sistema federal. O que ocorreu nas universidades públicas após o golpe foi uma reforma que pretendia acabar com a estrutura administrativa vigente ao distancia-la do setor político e reduzi-la à ordem burocrática.

Neste mesmo período ocorrem divisões no movimento estudantil, de maneira que o encaminhamento das lutas culmina na seguinte situação, de um lado os militantes da Ação Popular que defendia um movimento direcionado às passeatas e denúncia da ditadura e do outro as lideranças estudantis que tinha como propósito lutas voltadas aos problemas educacionais. A continuidade de conflitos políticos associada à participação de estudantes em ações armadas acarretou no desgaste e enfraquecimento do movimento estudantil.

## 5. O Fechamento do Regime

A crise que provocou o fechamento do regime ocorreu em agosto de 1968. No mês de dezembro deste mesmo ano o Congresso Nacional não acatou o pleito do Governo e, em razão de tal medida adotada, o regime reagiu com a decretação do Ato Institucional nº 05 a fim de se manter no poder.

Este Ato encerrou as atividades e funcionamento do Congresso Nacional por período indeterminado; atribuiu ao Poder Executivo as funções e atribuições que eram de competência do Poder Legislativo; ordenou a intervenção federal em determinados Municípios; ratificou os decretos que suspendiam os direitos políticos da oposição pelo período de dez anos, bem como determinou a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais com a finalidade de enfraquecer parlamentares da oposição, profissionais liberais, intelectuais e estudantes;

---

<sup>9</sup> SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez Editora/Editora Autores Associados, 1986. p. 134.

impôs censura à imprensa; suspendeu as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos; suspendeu a garantia de *Habeas Corpus* nas hipóteses de crime político em face da segurança nacional, ordem econômica e social entre outras providências que mitigassem e inviabilizassem o exercício das liberdades democráticas dos cidadãos.

Após a decretação do Ato Institucional nº 05 o Congresso Nacional ficou fechado de dezembro de 1968 até outubro de 1969, período no qual o regime decretou sucessivos Atos Institucionais, Decretos-Leis e Atos Complementares para manter o controle da sociedade via mecanismos institucionalizados. Entre as medidas adotadas mencionamos o Ato Institucional nº 06 decretado por Costa e Silva em 1969 que extinguiu a interposição do recurso ordinário perante o Supremo Tribunal Federal nas hipóteses de crimes cometidos em face da segurança nacional ou instituições militares. Ato contínuo, foi decreto o Ato Institucional nº 07, cuja finalidade era a suspensão das eleições para os cargos legislativos ou executivos da União, Estados, Territórios e Municípios do Brasil.

Outro acontecimento foi a edição do Decreto-Lei nº 510 de 1969 que estipulava o prazo de até dez dias de incomunicabilidade das pessoas indiciadas pelo crime contra a segurança nacional. O Ato Institucional nº 10 foi editado em 1969 sob o fundamento de haver continuidade à revolução que começou no ano de 1964, o qual mantinha suspenso os direitos políticos bem como os mandatos eletivos previstos nos Atos Institucionais antecedentes a dezembro de 1968.

Em agosto de 1969 uma Junta Militar editou o Ato Institucional nº 12 que informava à sociedade Costa e Silva não estar apto a exercer suas atividades integralmente por encontrar-se acometido de enfermidade, motivo pelo qual esta seria ocupada pelo período de dois meses pela respectiva Junta. No ano de 1969 tal órgão edita o Ato Institucional nº 13 que estabelece o banimento do Território Nacional de pessoa que praticasse ato nocivo, inconveniente e/ou perigoso em relação à segurança nacional do país.

O Ato Institucional nº 14 foi editado em setembro de 1969, o qual alterou a redação do artigo 150, parágrafo 11 da Constituição Federal do Brasil que passou a vigorar com o texto a seguir.

Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de Guerra Externa, Psicológica Adversa, ou Revolucionária ou Subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício do cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta.

Em setembro de 1969 foi editado o Decreto-Lei nº 898 denominado Lei da Segurança Nacional que propugnava a pena de morte e prisão perpétua para os crimes cometidos contra a Segurança do Brasil. Emílio Garrastazu Médici governou o país de outubro de 1969 até março de 1974, período considerado de excessiva repressão, violência e desrespeito à população com a ocorrência de prisões, torturas e assassinatos. Em novembro de 1971 foi promulgado o Decreto-Lei nº 69534, o qual autorizava o Poder Executivo a editar Decretos-Lei sigilosos sem que seus respectivos conteúdos fossem divulgados publicamente.

O milagre econômico foi alcançado em razão da política do Governo que consistia em acumular capital por meio do incentivo aos investimentos nacional e estrangeiro. Para tanto, medidas como um programa de incentivos fiscais, isenções de impostos para investimentos no Nordeste e Amazônia, elevação da taxa de juros interna, dedução de tributos quando houver ganho de capital, subsídios para bens destinados à exportação entre outras. No entanto, em 1973 o milagre econômico começou a mostrar esgotamento.

## **6. Universidades Vigeadas e Arbitrariedade na Educação Brasileira**

A universidade após a reforma de 1968 permanecia sob o controle do regime, no ano de 1969 o Governo editou o Decreto-Lei nº 477 que foi elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional para reprimir os professores, estudantes e funcionários das instituições de ensino. Era proibida manifestação política, protesto, greves, passeatas e comícios em escolas e universidades pública e particular sob pena de punições como desligamento, proibição de se matricular em instituição de ensino, os docentes e funcionários eram demitidos e não podiam ser contratados pelo período de cinco anos. Ainda, o Decreto supracitado trazia que não era permitido aos atingidos se defenderem dos delitos pelos quais eram acusados, sendo os acusados responsáveis pela produção da prova de inocência.

No Governo Médici a educação passou a representar o setor prioritário para alcançar o desenvolvimento. A partir de 1972 no ambiente universitário surgiram serviços de informação

diante das reitorias nas instituições de ensino que realizavam triagem de docentes, funcionários; coletavam e reportavam dados sobre possíveis ações subversivas; levantavam e repassavam dados acadêmicos de alunos; copiavam e propagavam materiais elaborados pelos funcionários e estudantes; intervinham nos conflitos estudantis ao apoiar chapas que se identificavam politicamente com o regime; forneciam documentos para reuniões; e teciam comentários a respeito das atividades realizadas nas universidades brasileiras.

A partir da atuação da assessoria Especial de Segurança e Informação os órgãos de repressão exerceram o controle das ações universitárias ao perseguir funcionários, estudantes e professores que participariam de organizações clandestinas e ações subversivas. Em 1972 era perceptível que a política educacional do Governo vigente não era democrática, permanecendo o cunho elitista do ensino superior. Os efeitos da reforma universitária realizada pelo regime no ano de 1968 manteve o caráter elitista, conservador e a valorização quantitativa em detrimento da qualidade no ensino superior, prestando-se como uma ferramenta de controle e neutralização política das tensões na universidade e não atender as reivindicações sociais de mudança na educação.

Esta reforma não teve sua construção com base na realidade brasileira, mas sim nos moldes americano, o que possibilitou a partir de 1969 até 1974 esclarecer que as modificações promovidas fomentaram a ampliação no ensino superior no setor privado, propiciaram uma diminuição de recursos financeiros e investimento na estrutura e funcionamento do ensino público.

## **7. Enfraquecimento do Movimento Estudantil, Período de Abertura na Repressão e Reorganização dos Estudantes**

No Governo Geisel os órgãos de repressão adotaram nova estratégia ao ocultar as prisões sucedidas de mortes em razão da dificuldade de sustentar as inverídicas versões de atropelamento e tentativa de fuga propagadas pela imprensa durante o período de fechamento do regime. Tal situação deu origem em 1974 à criação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos, bem como à retomada lenta de reconstrução do movimento estudantil por intermédio de reuniões nacionais e greves locais que reivindicavam assuntos urgentes e imediatos.

O regime mantinha a posição de combater os protestos estudantis e apesar de todas as imposições em repressão e proibição de divulgar notícias sobre o Movimento dos Estudantes pelos órgãos de comunicação, as manifestações estudantis ocorreram e foram estendidas a outras capitais brasileiras, o que deu origem ao Dia Nacional de Luta pela Anistia e pelas Liberdades Democráticas no dia 19 de maio de 1977. O amadurecimento do Movimento Estudantil nesta época foi resultado da impopularidade do Governo que ganhava mais adeptos opositoristas insatisfeitos com o Brasil. O agravamento das condições da educação nas faculdades causado pela política de Governo que reduziu os recursos orçamentários e privilegiou a quantidade em detrimento da qualidade do ensino colaborou para aumentar os protestos dos estudantes no ano de 1977.

A partir de então foi divulgado em maior escala o Manifesto nacional por mais verbas e na data de 22 de setembro de 1977 o Encontro realizado para burlar a repressão deu origem à Comissão Pro-UNE que era responsável pela propaganda da Entidade, divulgar sua história e fomentar debates para a elaboração de um jornal periódico nacional, organização e coordenação das campanhas estudantis em esfera nacional. Observa-se que no ano de 1978 as universidades permaneciam sob vigilância.

A ação de reconstrução da UNE partiu do Movimento Estudantil com a criação da Comissão Pro-UNE e a elaboração de dois projetos de lei no ano de 1978 na Câmara que recriava a Entidade. Em maio de 1979 os estudantes realizaram um Congresso da UNE em Salvador sobre a reconstrução da Entidade por meio de articulações políticas, discussões e propostas a respeito do Estatuto, Carta de Princípios, eleição da diretoria, situação das universidades no Brasil, análise e perspectivas das lutas do Movimento Estudantil e da realidade do país entre outros aspectos que compunham o cenário vigente. Ainda, outras questões foram tratadas como a gratuidade no ensino, verbas para a educação, anistia ampla, geral e irrestrita, devastação da Amazônia, proposta de uma Assembleia Nacional Constituinte, filiação de entidades de base à União Nacional dos Estudantes e outros assuntos.

Em 1979 o presidente Figueiredo assinou a Lei de Anistia, uma relevante conquista dos estudantes e outros setores da população envolvidos e ocorre a promulgação da Lei nº 6680 que estabelecia o mínimo de interferência possível nas eleições. No ano de 1980 o Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE e de outras Entidades amenizou a posição do Movimento Estudantil no que referia-se à reforma do partido do Governo Figueiredo ao propor o surgimento

de uma oposição composta pelo Partido dos Trabalhadores, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Progressistas, bem como priorizar a luta por mais recursos orçamentários para o ensino e o combate aos aumentos abusivos das anuidades de escolas particulares.

Em outubro de 1980 os universitários realizaram um Congresso da UNE no qual a Entidade teria retornado à sua condição legal e em que foram tomadas decisões como uma moção de repúdio ao presidente Figueiredo, a ocorrência de um Dia Nacional de Luta para reivindicar verbas orçamentárias para a Educação, realização de greve em universidades privadas com a finalidade de conter o aumento das mensalidades, exigência de eleições diretas para reitorias e cargos em órgãos colegiados, a realização de manifestações no Brasil para que ocorresse eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, exigência da revogação da Lei de Segurança Nacional, apoio às reivindicações dos trabalhadores, filiação da UNE à União Internacional dos Estudantes, as eleições diretas da UNE a ser realizada em novembro entre outras demandas.<sup>10</sup>

## 8. Repercussão do Regime no Ensino Universitário

A ditadura militar, a partir do Golpe experimentado em 1964, controlou a universidade ao neutralizar e não permitir que os alunos, funcionários e professores agissem em direção à uma reforma universitária para não prejudicarem os acordos firmados com a USAID. Desta maneira, uma das ações do regime consistiu em conter a expansão de universidades públicas, situação esta que propiciou a ampliação da busca pelo ensino particular. O aumento pelo ensino privado tinha o apoio do Governo e o suporte do Conselho Federal de Educação que auxiliava na permissão para funcionar e estabelecer universidades privadas.

A decadência do ensino público foi agravada pelo corte de recursos que culminou na paralisação das atividades de ensino, pesquisa e extensão de instituições públicas na ausência de estrutura suficiente em seus laboratórios, bibliotecas e salas de aula. No ano de 1980 os recursos orçamentários para a educação foram diminuídos na proporção de 2,5 % da verba que

---

<sup>10</sup> SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política no movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. São Paulo: 2007. p. 200.

seria destinada para a União.<sup>11</sup> Ainda, ao lado desta medida, os subsídios do Governo aos empreendimentos privados foram ampliados, as anuidades cobradas pelas instituições de ensino particulares tinham a incidência de aumento superior à porcentagem autorizada pelo Ministério da Educação de 35% e a remuneração dos professores sofreu uma expressiva queda no período da ditadura, o que levou aos profissionais desta área buscarem outras ocupações nos anos de 1979 a 1984.<sup>12</sup>

A política de expansão do ensino de segundo grau não obteve êxito e acarretou problema ao regime, de maneira que, o Ministério da Educação fomentou a expansão de cursos no ensino superior e isto resultou em expressivo aumento no número de estudantes no ano de 1970. Tal medida, deu origem ao problema do excesso de oferta no mercado de trabalho em distintas áreas profissionais, de modo que, o governo adotou a política de dificultar o acesso ao ensino superior por meio da dificuldade elevada dos exames vestibulares e incentivo aos cursos superiores de curta duração ministrados em escolas técnicas federais. Em relação à reforma universitária neste período, o Governo a desacreditou, acusando qualquer transformação no ensino superior direcionada às medidas necessárias que acompanhassem às demandas e realidade da sociedade.

As imposições do Governo sobre as faculdades produziram efeitos negativos ao desmoralizar os agentes da administração que eram compelidos a acatar as ordens decretadas, o que influenciava no agir, pensar e expressar dos estudantes, funcionários e docentes das Instituições de Educação brasileiras. No ano de 1976 a USAID cessa o investimento financeiro destinado ao Governo brasileira na área da educação. No ano de 1978 houve uma Assembleia Geral da Associação de Docentes de Universidade Pública de São Paulo para tratar sobre a reintegração no ambiente acadêmico de docentes prejudicados pelos atos de exceção.

Em 1982 o combate da oposição pela democratização do ensino chegou ao Congresso Nacional, onde ocorreu a aprovação na Câmara dos Deputados e Senado do projeto da reforma constitucional que determinava a destinação obrigatória e automática de recursos orçamentários para a educação. A partir deste ano, qual seja, dezembro de 1983 a Constituição estipula que o Governo Federal destinará no mínimo 13%, os Estados e Municípios pelo menos 25% da receita

---

<sup>11</sup> POERNER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4ª ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995. p. 313.

<sup>12</sup> CUNHA Luiz A.; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 51.

arrecadada a título de impostos para o fomento e continuidade do ensino.<sup>13</sup> A aprovação da Emenda Constitucional supracitada representou relevante conquista para o grupo da oposição, haja vista que, não detalhava a destinação dos recursos orçamentários ao ensino público e não foi aceito pelo Governo.

Isto posto, as iniciativas adotadas pelo regime em relação ao ensino superior no ano de 1984 demonstra que os Governos que passaram pelo poder a partir do ano de 1964 visaram controlar a contribuição que a universidade e comunidade acadêmica poderiam oferecer ao desenvolvimento do Brasil, caso não houvesse sofrido inúmeras, sucessivas e violentas repressões pelo regime vigente.

## 9. Conclusão

Este artigo buscou de maneira resumida trazer a história do Movimento dos Estudantes das universidades públicas e privadas brasileiras no período compreendido entre os anos de 1964 a 1984, com finalidade de apresentar dados e informações a respeito do papel e importância deste Movimento para o país na área da Educação superior. Houve quatro fases distintas do Movimento Estudantil entre as quais elencamos os períodos de Liberdade, Resistência, Silêncio e Retorno, respectivamente, abordados ao longo do texto a partir de 1961 até 1984.

A atuação do Movimento Estudantil refletia os distintos momentos políticos que o país vivenciava, de maneira que, quando existia um espaço para participação estudantil nos assuntos importantes do Brasil sua atuação era expressivamente perceptível, ao passo que, ao ser reduzido tal campo, diminuía a ação dos estudantes na área política. A etapa da Liberdade (1961-1964) é caracterizada pelo processo de politização intenso do ambiente universitário em que o movimento estudantil desenvolve a compreensão da realidade do país e se manifesta sobre os assuntos econômicos, políticos, sociais, culturais e educacionais, bem como, fomenta a mobilização dos estudantes em distintas ocasiões e regiões do território nacional.

---

<sup>13</sup> CUNHA Luiz A.; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2002. p. 52.

Na área da Educação o Movimento dos Estudantes apresentou relevante avanço no que pertine à crítica sobre as universidades e por intermédio da realização de seminários foram debatidos os assuntos essenciais que serviam como obstáculos ao ensino superior, de modo a elaborarem uma reforma que o democratizasse. Nesse sentido, houve o primeiro combate concreto, greve que paralisou expressiva parte das universidades brasileiras, servindo como movimento de construção e aprimoramento da consciência política dos estudantes, professores e funcionários entre outros grupos da sociedade que passaram a ter sua atenção e mobilização canalizada para as dificuldades e problemas enfrentados neste período.

As reivindicações, demandas e batalhas do Movimento Estudantil na fase anterior ao Golpe de 1964 demonstra as posições divergentes entre o Regime e os Estudantes, sendo que esses visavam um Governo popular e democrático, o enfrentamento às pressões e intervenções à política internacional, apoio à reforma agrária, a realização de reforma universitária que democratizasse o ensino, ações estas que prejudicavam o projeto dos grupos conservadores que pretendiam assumir o poder e governar a sociedade. Isto posto, a relação conflituosa entre o Regime e o Movimento dos Estudantes consistia na adoção de ações políticas e interesses contrários, motivo pelo qual os ditadores tratavam os estudantes como um grupo de oposição que deveria ser combatido e, a razão desses considerarem os detentores do poder uma ameaça aos direitos dos cidadãos e às liberdades democráticas.

A relação conturbada e conflituosa desde a ditadura foi marcada por perseguições e repressões violentas aos estudantes com a finalidade de acabar com seus movimentos para que não tivessem ameaças, complicações na escalada pelo poder. Por outro lado, os estudantes adotaram a posição de recorrentemente resistir ao regime ditatorial por intermédio de protestos, manifestações, denúncias contra as arbitrariedades ocorridas pelos detentores do poder. Após a decretação do Ato Institucional número cinco os estudantes em lutas armadas foram torturados e mortos pelos opositores.

Cumprе salientar que, os estudantes tiveram relevante e expressivo papel durante a ditadura militar na fase de resistência ao se posicionarem contra o autoritarismo e as repressões, servido como grupo que combatia os descontentamentos da população por meio de movimentos abrangentes nos Estados brasileiros que estabeleceu relação com outros segmentos como a Igreja, os trabalhadores urbanos e rurais, intelectuais, artistas e outros, fortalecendo sua atuação no território nacional em relação às lutas contra a ditadura.

As batalhas específicas travadas pelos estudantes no período da ditadura militar dentre estas mencionamos a luta contra a Lei Suplicy, uma vez que, os universitários visavam o direito à participação política, funcionamento de forma autônoma de suas respectivas instituições representativas, a reforma universitária pela qual reivindicaram a democratização do ensino e o desenvolvimento das universidades para atender às necessidades da sociedade, combatendo a interferência americana e arbitrariedades praticadas pelo regime referente à área da educação, as denúncias aos atos violentos de repressão aos jovens e outros grupos sociais, a luta pela anistia e a volta da democracia.

O movimento estudantil lutou pelo ensino público, gratuito, defendia a ampliação de verbas para a educação e a redução das mensalidades nas instituições de ensino particular. A partir de 1970 ocorreu expressiva mudança no setor da universidade brasileira, haja vista que, durante a fase da ditadura se deu uma expansão acelerada de escolas privadas em razão da diminuição de investimentos nas universidades de educação pública, o que alterou significativamente o sistema universitário brasileiro, posto que, o aumento das instituições particulares colocou fim à homogeneidade do movimento estudantil ao ter encerradas suas reivindicações e lutas sociais. Assim, uma heterogeneidade de interesses que emergiu com as mudanças fomentadas pelo regime na área da educação resultou no enfraquecimento e na dissolução do movimento dos estudantes de uma maneira ampla e geral.

Outro fator que corroborou com a dispersão do movimento estudantil a partir do ano de 1970 foi a situação econômica do país que passava por forte crise que exigiu dos estudantes maior e intensa dedicação aos estudos para ingresso no mercado de trabalho, não restando tempo e espaço para atuação política e reuniões, debates e articulações entre os estudantes. Desta maneira, ao priorizarem e alterarem debates com preocupação e direcionamento às questões mercado de trabalho e deficiências nos currículos houve o deslocamento da política pública de ensino superior para a política econômica voltada ao emprego.

Ainda, situação que contribuiu à falta de mobilização estudantil foi o evento do Brasil passar nesse momento pela fase de uma abertura política gradual que abrangia a participação política dos jovens, deixando-os menos descontentes e agissem de forma moderada. Por fim, o sistema autoritário e repressor adotado por si representou um dos elementos que determinou a desmobilização do movimento estudantil que, após experimentar o período de fechamento do

regime, os atos sucessivos de repressão aos grupos que constituíam oposição, acarretaram violência e temor aos estudantes que, posteriormente desmembraram seus grupos.

Isto posto, frisa-se a importância do movimento estudantil enquanto grupo de oposição eficaz durante o período de ditadura militar, sobretudo a partir do ano de 1960, conforme aferimos da participação na vida política brasileira e atuação durante os vinte anos de autoritarismo analisados ao longo deste artigo.

## 10. Referências

CUNHA, Luiz A.; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque; VENTURA, Zuenir. **Cultura em trânsito: da repressão à abertura- 70/80**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

MENDES JÚNIOR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

REIS FILHO, Daniel Arão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ROMANELLI, Otaiza. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez Editora/Editora Autores Associados, 1986.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política no movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984.** São Paulo, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo.** Tradução Mário Salviano Silva. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SODRÉ, Nelson W. **Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

SOUZA, Maria Inês Salgado. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

**DATA DE SUBMISSÃO: 2022-09-05**

**DATA DE APROVAÇÃO: 2024-02-05**



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-  
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacion